

DECLARAÇÃO DE RENDA FORMAL PRÓPRIA

Eu, _____, CPF nº _____, representante legal do menor _____, CPF nº _____, requerente de pensão por morte perante este Instituto de Gestão Previdenciária, declaro, para os fins de direito e sob as penas da Lei, que o mesmo:

- NÃO POSSUI RENDA FORMAL PRÓPRIA
 POSSUI RENDA FORMAL PRÓPRIA,

Proveniente de:

- Vínculo formal de emprego, estágio, menor aprendiz;
 Exercício de cargo ou função pública;
 Benefício Previdenciário ou assistencial;

Qual: _____

- Pensão alimentícia;
 Estabelecimento civil ou comercial (empresa)
 Outros. Qual: _____

No valor de R\$ _____ mensais.

COMPROMETO-ME a apresentar, no prazo de dias, documento que comprove a informação prestada (CTPS, contracheque, contrato de trabalho, decisão judicial e extrato bancário, certidões e declarações de órgãos públicos ou outros documentos idôneos), sob pena de inviabilizar a breve e adequada conclusão do processo administrativo.

DECLARO ainda, ter plena ciência de que estarei sujeito(a) às penalidades previstas em Lei, comprometendo-me, a qualquer tempo informar ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV qualquer alteração nas condições acima informadas.

_____, de _____ de _____
Local Data

Assinatura do (a) declarante

CÓDIGO PENAL

Decreto Lei nº 2848 07/12/1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.